


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0008407-92.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Compra e Venda**  
 Requerente: **Eraldo Valentim Acciari Junior e outro**  
 Requerido: **Jose Antonio da Silva Lorenzi e outro**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**VISTOS**

**ERALDO VALENTIM ACCIARI JUNIOR e SANDRA MARIA LONGUINI TORINO** ajuizaram a presente **AÇÃO “QUANTI MINORIS” cc PERDAS E DANOS MATERIAIS E MORAIS** em face de **JOSÉ ANTONIO DA SILVA LORENZI e ROSANA APARECIDA JORGE LORENZI**, todos qualificados nos autos, alegando, em suma: 1) que em 29/05/2012, ao tomarem conhecimento de que a empresa AUTO POSTO A1 COMÉRCIO E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA vendia 130.000 litros de derivados de petróleo por mês, resolveram firmar contrato de compra e venda com os requeridos pelo valor de R\$ 580.000,00. Se vincularam automaticamente e exclusivamente à Distribuidora Shell, mediante contrato de venda mercantil (CVM) e já quitaram R\$ 280.000,00; 2) Em 01/07/2012, quando de fato assumiram o comando do posto, descobriram que os requeridos adquiriam combustível de “qualidade duvidosa” (textual) de outras distribuidoras, em clara afronta ao CVM; 3) descobriram, também, que a média de vendas mensal não ultrapassava 54.950 litros; 4) entendem que pela venda mensal de fato (ou seja, 54.950), o negócio deveria ter custado R\$ 219.800,00 e não R\$ 580.000,00. Ingressaram com a presente objetivando a devolução do valor pago a maior, no valor de R\$ 360.200,00, já que o contrato de venda mercantil com a Distribuidora Shell, vinculado por galonagem, perdurará por um prazo mais longo, haja vista a diferença de venda mensal, e indenização por danos morais

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A inicial veio instruída com documentos (fls. 12/117).

Citados, os requeridos contestaram às fls. 127 e ss. Alegaram, em síntese: 1) que os requerentes não pagaram nem a metade do devido e que propuseram a presente ação após serem condenados, em duas ações executivas (proc. 2183/12 desta 1ª Vara Cível e proc. 2501/12 da 3ª Vara Cível), ao pagamento de mais de R\$ 400.000,00; 2) que os requerentes conheciam as cláusulas e vistoriaram as instalações do posto antes de firmarem o negócio; 3) que não há cláusula que vincule a galonagem de vendas; 3) que o contrato com a RAIZEN já era de conhecimento das partes; 4) que os requerentes sequer substituíram a garantia do contrato com a distribuidora, razão pela qual foi intentada contra eles ação de obrigação de fazer (processo nº 2061/12 em tramite por esta 1ª Vara); 5) que não há falar-se em indenização por danos morais. No mais, rebateram a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 143/144.

As partes foram instadas a produzir provas. Os requeridos se manifestaram as fls. 146/147 e os autores às fls. 149/150.

Deferida a prova pericial, os autores apresentaram quesitos e indicaram assistente técnico as fls. 152 e ss; os requeridos, às fls. 158/159.

Laudo pericial carreado às fls. 166 e ss e complementado às fls. 420/423, 437/438. As partes se manifestaram às fls. 401/404, 408/410, 431/432, 434, 442/443 e 448.

A fls. 456/457 os requeridos pleitearam a produção de prova oral.

Eis o relatório, no essencial.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

DECIDO, no estado em que se encontra a LIDE, por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

Estamos diante de mais um caso de arrependimento posterior a concretização de um (na visão dos autores) “mau negócio”.

Os requerentes sustentam basicamente ter sido enganados (ou ainda levados a erro), já que o negócio proposto continha uma promessa de movimento/venda de 130 mil litros/mês de derivados do petróleo da marca SHELL, quando, na verdade, essa meta, embora cumprida, envolvia *“combustível de outras companhias distribuidoras, a preço menor e qualidade duvidosa... informações que foram omitidas pelos requeridos durante toda a negociação”* (textual fls. 04, último parágrafo).

As “negociações preliminares” estão demonstradas nas mensagens eletrônicas trocadas pelas partes e trazidas a fls. 21 e ss.

Relevante para o desate da controvérsia destacar a proposta – fls. 21 – na qual o vendedor José Antônio indicou que o movimento do estabelecimento correspondia a uma venda aproximada de 130 mil litros – sem qualquer referência a uma exclusividade da marca SHELL - que os autores admitem ser o real volume do estabelecimento (v. fls. 07, último parágrafo).

Outrossim, se a expectativa dos autores no que diz respeito ao movimento do posto (ou seja, a venda de combustível) se materializou, basta que parem de adquiri-lo de outras distribuidoras e fiquem limitados a marca SHELL, cumprindo *“ipsis litteris”* o contrato com ela firmado.

No contrato que serve como base ao reclamo não foi previsto



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

como “conditio sine qua non” o volume de venda de 130 mil litros de combustível da marca SHELL.

Ademais, os autores são pessoas capazes e certamente tiveram todas as condições de averiguar previamente os documentos contábeis do posto, que segundo a perícia oficial refletem o que realmente ocorria e “encontram-se perfeitamente de acordo com as determinações legais, os princípios de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade definidas pelo CFC. Não sendo verificada qualquer evidência de lançamentos inidôneos, bem como qualquer vício que pudesse prejudicar tais assentamentos contábeis e fiscais” (textual fls. 179).

Mesmo os balanços patrimoniais trimestrais foram “elaborados em total consonância com as determinações legais e com os Princípios Fundamentais...” não havendo “evidência de lançamentos inidôneos e de qualquer vício que pudessem prejudicar os assentamentos” (textual fls. 180).

O mesmo foi constatado em relação ao Registro de Compras e Registro de Saídas.

No contexto, conclui-se, em verdade, ter havido mero arrependimento posterior dos autores, o que não pode ser confundido com a hipótese de erro substancial hábil a macular o negócio.

**A narrativa vestibular evidencia no máximo a ocorrência de “dolus bonus”, que não justifica qualquer anulação.**

Em relações negociais, como a examinada, é tolerável e até esperado, que o vendedor superestime as qualidades do bem que está vendendo, cabendo ao comprador como diligência do homem médio, averiguar o



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

que de fato ocorre para somente após concretizar a transação.

Nos dizeres de Sivio Rodrigues é “a gabança por vezes exagerada, que o alienante faz do que lhe pertence, a propaganda, o reclamo levado a efeito com o intuito de provocar na outra parte a persuasão sobre a existência da coisa, a fim de obter-lhe a anuência” (Dos Vícios de Consentimento, Saraiva, 1989, 3ª Edição, pág. 141).

Em reforço cito os seguintes julgados:

Apelação 0104638-46.2007, 7ª Câmara de Direito Privado do TJSP; Apelação 9212367-46.2005, 2ª Câmara de Direito Privado do TJSP e Apelação 9155816-07.2009, 8ª Câmara de Direito Privado do TJSP.

Por fim, cabe ressaltar o que os próprios autores lançaram a fls. 08, parágrafo 4º, que não querem o desfazimento do negócio, o que evidencia **estarem satisfeitos com o estabelecimento adquirido.**

Nessa linha de pensamento, não há como acolher os reclamos.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

\*\*\*

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO VESTIBULAR.**

Ante a sucumbência, ficam os requerentes, condenados ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono dos requeridos, que fixo, por equidade, em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**P. R. I.**

São Carlos, 06 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**